

Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Itaquaquecetuba

Fundado em 1º de maio de 1990

**EXCELENTÍSSIMO PREFEITO MUNICIPAL DE
ITAQUAQUECETUBA – S.P.**

SENHOR EDUARDO BOIGUES

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAQUAQUECETUBA Secretaria Municipal de Administração Setor de Protocolo e Arquivo	
Processo	4183
Data	12.02.26
 _____ FUNCIONÁRIO	
_____ HORA	

12.02.2026
Karine Ap. A. da Silva Amadeu
Assessora
Secretaria de Administração

C/C – Secretário de Administração Sr. MÁRIO TOYAMA

Ofício n.º 025/SINSERI/2026

1

Assunto – Aplicação Artigo 77 Lei Complementar n.º 423/2025 (Adicional Periculosidade)

**SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS
MUNICIPAIS DE ITAQUAQUECETUBA**, entidade de classe, inscrita no
C.N.P.J. sob o n.º 58.487.653/0001-27, com sede situada na Rua Capela do Alto,
n.º 525, Vila Virgínia, Itaquaquecetuba, S.P., C.E.P. 08.576-150, por sua
Presidente infra-assinada, regularmente constituída e legítima representante dos
servidores públicos municipais, no exercício das atribuições que lhe são
conferidas pelo artigo 8.º, inciso III, da Constituição Federal, vem, mui
respeitosamente a presença de Vossa Excelência, expor e ao final requerer o
que segue:

Conforme é do vosso conhecimento o Poder
Executivo em 23 de dezembro de 2025 sancionou a Lei Complementar n.º 423
que *"Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos do Município de
Itaquaquecetuba e dá outras providências."*

Em seu artigo 80, consta expressamente
estabelecido que:

Rua Capela do Alto, 525, Vila Virgínia - Itaquaquecetuba
Telefone (11) 4647.4507 Acesse www.sinseri.com.br

Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Itaquaquecetuba

Fundado em 1º de maio de 1990

"Art. 80. São consideradas atividades ou operações perigosas, aquelas que, por sua natureza ou métodos de trabalho, impliquem risco acentuado em virtude de exposição permanente do servidor efetivo a:

I - inflamáveis, explosivos ou energia elétrica;

II - roubos ou outras espécies de violência física nas atividades profissionais de segurança pessoal ou patrimonial.

III - colisões, atropelamentos ou outras espécies de acidentes ou violências nas atividades profissionais dos agentes das autoridades de trânsito."
(g.n.)

Ou seja, a partir da nova lei faz jus ao recebimento de adicional de periculosidade os servidores públicos municipais que exercem os cargos de Agente de Trânsito e Agente Patrimonial, dado a previsão expressa consignada no artigo 80 da norma.

2

Esclarece a Vossa Excelência que atualmente a Municipalidade procede ao pagamento do adicional de insalubridade aos Agentes de Trânsito e Agentes Patrimoniais, portanto, em desconformidade a nova lei.

Por outro lado, o artigo 78 do mesmo Diploma Municipal, disciplina que o adicional de periculosidade deve ser pago tomando como parâmetro 30% sobre o vencimento base do profissional:

"Art. 78. O trabalho em condições de periculosidade assegura ao servidor um adicional de 30% (trinta por cento), sobre o vencimento base do servidor, sem os acréscimos de outras vantagens." (g.n.)

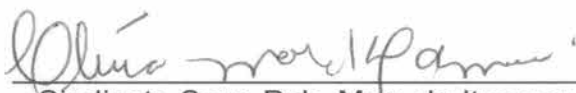
Portanto, com suporte na legislação recentemente aprovada os servidores públicos municipais de Itaquaquecetuba exercentes dos cargos de Agentes de Trânsito e Agentes Patrimoniais devem receber adicional de PERICULOSIDADE e não insalubridade, e ser calculado sobre o vencimento base se acréscimos de outras vantagens.

Nestas condições, em obediência ao princípio da legalidade, requer a Vossa Excelência seja procedido a adequação no que tange ao pagamento do devido adicional de periculosidade aos Agentes de Trânsito e Agentes Patrimoniais, tomando como parâmetro o vencimento base dos servidores sem os acréscimos de outras vantagens.

Requer ainda sejam procedidos os pagamentos retroativos a janeiro de 2026.

Certo da atenção e sensibilidade de Vossa Excelência para a relevância da matéria, renova votos de elevada estima e consideração.

Itaquaquecetuba, 12 de fevereiro de 2026



Sindicato Serv. Pub. Mun. de Itaquaquecetuba
Clícia Mara Silva Damaceno
Presidente